



METROPOLIZAÇÃO NO BRASIL: UMA APROXIMAÇÃO SOBRE ASPECTOS DE SUAS INTERPRETAÇÕES

EIXO TEMÁTICO: 01. DISPUTAS DO/PELO PROGRESSO E DO/PELO MODERNO

TAVARES, Jeferson

Doutor; Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo
jctavares@usp.br

RESUMO

O objetivo central é estabelecer uma aproximação ao processo de metropolização nacional à luz das interpretações que levam em conta a perspectiva histórica. Essas interpretações denotam faces divergentes da urbanização que ora convergem, ora divergem evidenciando não apenas as particularidades nacionais e estrangeiras, mas também uma disputa no campo do urbanismo e do planejamento, movimento que ao nosso ver justifica essa análise. A introdução anuncia um panorama cruzado de relações de poder e escala a partir do problema central: quais as dificuldades na interpretação desse fenômeno. Nas seções seguintes, são destacados os conjuntos distintos – mas, complementares – de interpretações que buscam definir a metropolização a partir das próprias evidências locais compondo um mosaico continental dessas interpretações. A questão desse artigo está apoiada no entendimento de como as interpretações reforçam os aspectos históricos para a compreensão do fenômeno e como esses aspectos se apresentam como estruturais na interpretação da própria urbanização. Metodologicamente, o texto dialoga com a epistemologia da história urbana pela busca de uma análise multinível. Apresenta os argumentos concebidos à luz da realidade do norte global, bem como das particularidades latino-americanas propondo uma discussão necessária da realidade brasileira a partir de uma agenda requerida a partir dos anos 1990. No campo do planejamento urbano e regional, conclui pela necessidade de uma visão interescalar possível pelo viés histórico que compreende que diante da formação de novos processos de transformação territorial há a necessidade de novas chaves interpretativas.

PALAVRAS-CHAVE: metropolização; história urbana; escala; urbanização.

ABSTRACT

The main objective is to establish an approach to the process of national metropolization in light of interpretations that take into account the historical perspective. These interpretations denote divergent aspects of urbanization that sometimes converge, sometimes diverge, highlighting not only national and international particularities, but also a dispute in the field of urbanism and planning, a movement that in our view justifies this analysis. The introduction announces a cross-section of power and scale relations based on the central problem: what are the difficulties in interpreting this phenomenon? In the following sections, the distinct – but complementary – sets of interpretations that seek to define metropolization based on local evidence are highlighted, composing a continental mosaic of these interpretations. The question of this article is based on understanding how interpretations reinforce historical aspects for understanding the phenomenon and how these aspects present themselves as structural in the interpretation of urbanization itself. Methodologically, the text dialogues with the epistemology of urban history by seeking a multilevel analysis. It presents arguments conceived in light of the reality of the global north, as well as Latin American particularities, proposing a necessary discussion of the Brazilian reality based on an agenda required since the 1990s. In the field of urban and regional planning, it concludes that an interscalar vision is necessary, possible through the historical bias that understands that, given the formation of new processes of territorial transformation, there is a need for new interpretative keys.

KEY-WORDS: *metropolization; urban history; scale; urbanization.*

RESUMEN

El objetivo central es establecer un acercamiento al proceso de metropolización nacional a la luz de interpretaciones que tengan en cuenta la perspectiva histórica. Estas interpretaciones denotan caras divergentes de la urbanización que a veces convergen, a veces divergen, poniendo de relieve no sólo particularidades nacionales y extranjeras, sino también una disputa en el campo del urbanismo y la planificación, movimiento que a nuestro juicio justifica este análisis. La introducción anuncia un panorama transversal de las relaciones de poder y de escala a partir del problema central: cuáles son las dificultades para interpretar este fenómeno. En las siguientes secciones, se destacan los distintos – pero complementarios – conjuntos de interpretaciones que buscan definir la metropolización con base en evidencia local, componiendo un mosaico continental de estas interpretaciones. La pregunta de este artículo se basa en la comprensión de cómo las interpretaciones refuerzan los aspectos históricos para comprender el fenómeno y cómo estos aspectos se presentan como estructurales en la interpretación de la propia urbanización. Metodológicamente, el texto dialoga con la epistemología de la historia urbana a través de la búsqueda de un análisis multinivel. Presenta argumentos concebidos a la luz de la realidad del norte global, así como de las particularidades latinoamericanas, proponiendo una necesaria discusión de la realidad brasileña a partir de una agenda requerida a partir de la década de 1990 en el campo de la planificación urbana y regional, concluye. por la necesidad de una visión interescalar posible a través de una perspectiva histórica que entienda que, frente a la formación de nuevos procesos de transformación territorial, se necesitan nuevas claves interpretativas

PALABRAS CLAVE: *metropolización; historia urbana; escala; urbanización.*

INTRODUÇÃO

As recentes interpretações sobre a metropolização partem do reconhecimento de uma urbanização regional policêntrica (Soja, 2013, p 15) que decorre de contexto político neoliberal que tem transformado as metrópoles latino-americanas por uma acumulação capitalista não sustentável (Cobos, López, 2007). Nos Estados Unidos, esse debate permeia as práticas de planejamento desde a primeira metade do século XX (Friedmann, Weaver, 1981 [1979], p. 48) e na Europa as discussões atuais remetem-se aos aspectos da urbanização extensa, descontínua, heterogênea, multipolarizada e caracterizada pelos fluxos (Ascher, 2010 [2001]). Portanto, interpretações que ao observarem os fenômenos presentes da urbanização, apoiam-se em aspetos históricos como entendimento possível da realidade atual. Constituem um campo de saberes diversos que disputam visões continentais de suas origens.

Contudo, essa perspectiva obscurece alguns aspectos e particularidades da metropolização do espaço brasileiro que decorrem de complexas relações - muitas delas orientadas pelo Estado – na conformação histórica do território nacional. Ou seja, para compreender a metropolização no Brasil é imprescindível mapear essas disputas conceituais pela dimensão histórica desse processo e reconhecer que não se trata de um fenômeno isolado ou novo, mas tem sido construído sistematicamente pelas políticas públicas federais, apropriadas pelo capital privado nacional e internacional e em constante diálogo com mercado, sobretudo e mais recentemente com o mercado imobiliário e da construção civil. Portanto, simultaneamente, resultado e fator de indução dessas disputas.

Para compreender esses fenômenos, optou-se por uma metodologia baseada na epistemologia da história urbana (Lepetit, 2016) de abordagem multinível (Smith e Voss e Grin, 2010) para uma análise das diferentes escalas da transformação do espaço. A divisão administrativa entre União, estados e municípios definida pela Constituição Federal Brasileira de 1988 tem orientado algumas das análises urbanas. Contudo, esse recorte dificulta observar as interdependências entre municípios que ocorrem dentro de um estado ou entre municípios de estados diferentes. A metropolização ocorre para além das divisas cartográficas de

municípios e estados definidos como entes federativos. Portanto, uma abordagem que leva em conta as interpretações de perspectiva histórica da transformação da mancha urbanizada e a considera em diferentes níveis administrativos que possibilita superar a ideia de um território exclusivamente definido pela ação estatal (Gottmann, 2012) e passa a compreendê-lo pelas suas variantes de escala, poder e política (Elden, 2016; Allen e Cochrane, 2007) ao longo do tempo.

Nesse sentido, o presente artigo apoia-se na revisão bibliográfica internacional (segunda seção, após essa introdução) e nacional (na terceira seção) que apresentam as principais conceituações sobre metropolização com a finalidade de circunscrever os referenciais teóricos e históricos mais frequentemente utilizados nos debates nacionais. Optamos por não abordar os inúmeros estudos de casos que tratam da metropolização, especialmente no Brasil, por entender o foco deste artigo nos debates teórico-conceituais da definição de metropolização. O que, certamente, caberá como agenda para outro momento de análise. Sendo assim, e na busca de formulação conclusiva (na quarta seção), apresenta um esforço de síntese que leva a questões centrais interescares necessárias para debates futuros. Não se trata, portanto, da defesa de uma hipótese, mas da construção de subsídios interpretativos de fenômenos considerados recentes, mas que requerem observá-los à luz da história para desnaturalizá-los.

METROPOLIZAÇÃO: RECONHECIMENTO INTERNACIONAL DE UM PROCESSO HISTÓRICO

Para problematizar a metropolização como um fenômeno histórico, pode-se recuperar suas evidências no crescimento, na expansão e na desintegração do tecido metropolitano europeu desde os meados do século XIX (Mumford, 1998: 567-611); no desaparecimento dos limites das cidades norte-americanas ao longo do século XX (Fishman, 1990) e na configuração de um padrão metropolitano das cidades latino-americanas (Gorelik, 2001).

A rigor, o termo metropolização refere-se a um processo. E como tal, corresponde a um contexto de pós-modernidade (Ferrier, 2001) que leva em conta aspectos globais, de novos predomínios tecnológicos, da influência dos serviços sobre a economia industrial e da

evolução dos meios de transporte e de comunicação apontada por Ferrier (2001) como o estado atual da territorialização das regiões.

E como transformação do espaço, pode ser caracterizada por provocar mudanças radicais (qualitativa e quantitativamente) da urbanização atuando sobre a desconstrução e recomposição (ou requalificação) territorial por novas hierarquias e redes marcadas por fluxos que concentram e irradiam em movimentos complementares. É fortemente identificada nos corredores adensados de urbanização (dos Estados Unidos ou da Ásia) ou nas margens das cidades latino-americanas, oriunda de uma economia política neoliberal que carrega consigo a segregação dos espaços urbanos, a individualidade e a privatização (da gestão) dos espaços geográficos (Di Méo, 2008,). Que, conforme Di Méo (2008), gera as fragmentações espaciais (essencialmente fractais) pelo choque entre escalas, técnicas, tecnologias, economias e sociedade criando espaços novos de segregação e seleção de classes sociais mais privilegiadas.

Como materialidade, a passagem da ideia de cidade para uma “cidade mundial” (Aguitebova, 2006), com estruturas, funções e formas que se remetem à origem das metrópoles sintetiza um conjunto de mudanças que levam em conta as questões sociais, econômicas e produtivas. E por isso se configura por um novo conjunto de referências culturais que ultrapassam os limites da própria metrópole. A metropolização também passa a ser critério para caracterizar espaços de grandes fluxos de pessoas, mercadorias e capital (Kayser, 1969) distinguindo-se daqueles não metropolizados e, portanto, à margem de dinâmicas econômicas mais acentuadas que transformam radicalmente a paisagem com serviços, funções de centralidade e densidades demográficas menos expressivas.

As particularidades da metropolização ocorrem pelo crescimento de concentração de pessoas e riquezas em aglomerações urbanizadas em territórios com maiores extensões; pela dispersão urbana e de centralidades; pelo aumento da mobilidade e das distâncias a serem percorridas e pelo aumento concomitante da fragmentação e segregação social e espacial. Sua definição aproxima-se de movimento de seleção de lugares (Leroy, 2000) pelas problemáticas urbanas baseadas em novas tipologias de cidades, com menor precisão de

delimitação física do fenômeno, mas com maiores evidências de suas estruturas e funções no território. É, portanto, uma transformação de base territorial.

A despeito dessas referências – e para evitar as generalidades –, é importante recuperar algumas ideias que predominam e que influenciam o debate internacional e que irradiam de diferentes continentes. Algumas definições internacionais sobre metropolização têm sido absorvidas pelo debate brasileiro na tentativa de elucidar as transformações recentes pelas quais passa o ordenamento territorial nacional. Suas origens são, principalmente, europeias e latino-americanas. A partir dessa circulação de ideias, é possível destacar três aspectos recorrentes na definição da metropolização: seu vínculo com o processo de dispersão urbana, sua compreensão no contexto de redes e sistemas e seu paralelo com a transformação da sociedade. E a metropolização passa a ser compreendida não como exclusiva mudança do espaço físico, mas como transformação no processo de urbanização vinculado às mudanças do cotidiano das pessoas.

A partir dos estudos sobre o mosaico metropolitano europeu e especialmente italiano, Indovina (2009, p. 127-146) entende a metropolização como a tendência à integração de diferentes aglomerados urbanos pela urbanização difusa, por uma articulação complexa das atividades econômicas, pelas relações sociais, pela vida cotidiana, pela cultura, etc. E chama a atenção para as inter-relações e interdependências que transformam as hierarquias e funcionalidades metropolitanas. O entrelaçamento entre o processo produtivo, o novo estilo de vida e a distribuição de renda são determinantes para gerar o fenômeno. E para o autor, seus elementos mais característicos são a existência de polaridades; acentuada mobilidade pluridirecional; excessivo consumo do solo marcado por baixa densidade; utilização das novas tecnologias que possibilitam mobilidade dos fatores produtivos; alto consumo de energia; e uso do território natural como estrutura urbana para a população.

A compreensão da metropolização na Europa mediterrânea (Cuadrado Ciuraneta, 2016, p. 6-8) reforça os aspectos da especialização funcional e redução da complexidade em usos e atividades. Suas características mais evidentes são a concentração de atividades de maior valor agregado e descentralização da urbanização, a crescente terceirização urbana

transformando a cidade num espaço de consumo pelo marketing e pela competitividade, e a dispersão das atividades e novas formas de centralidade. Esses elementos provocam um conjunto de modificações nos padrões de uso do território metropolitano com relações sociais e econômicas mais amplas e diversificadas além de mudanças na forma de moradia com crescente segregação e fragmentação social. Contribuem para esse processo a revalorização de determinadas áreas, como os centros tradicionais e as antigas zonas exclusivamente industriais.

E à luz do debate teórico predominante no sul da Europa, Escamilla (2013, p. 38-41) descreve a metropolização do território como um processo ou somatória de ações que resultam em novas relações e construções diferentes daquelas do crescimento metropolitano vistos no século XIX e XX. Portanto, vinculada às novas lógicas econômicas que ocorrem após a terceira revolução industrial (pós-fordistas) e que reconfiguram a relação com o centro principal da cidade por novas centralidades e pela dispersão urbana, ou seja, por novas formas e novas escalas. Em cujo contexto é possível verificar a intensificação das interdependências de escala regional.

A metropolização é, essencialmente uma transformação das relações intra e interurbanas que estrutura, controla e especializa o território pela formação de unidades funcionais. E ocorre baseada nas diferentes relações escalares e com importante papel da reestruturação do mercado de trabalho, como demonstrado para a região de Bordeaux, na França, por Gaussier, Lacour e Puissant (2003, p. 253-263). E que incorpora o capital imobiliário, a financeirização e as novas tecnologias (sobretudo – e mais recentemente –, aquelas relacionadas a aplicativos) como estratégias de redefinição de territórios do lucro, da moradia e da vida urbana.

CAMPO DO DEBATE NACIONAL: APROXIMAÇÕES ÀS DEFINIÇÕES LATINOAMERICANAS E AS CONTRIBUIÇÕES NACIONAIS

Nesse sentido, o entendimento do processo de metropolização na América Latina dialoga com vários dos fatores e características europeus, contudo compreende unidades territoriais mais amplas que as áreas metropolitanas e apresenta os contrastes sociais e espaciais como

elementos estruturais desse processo. Ao passo em que a visão europeia destaca as mudanças nas áreas metropolitanas demonstrando que há uma nova estruturação territorial da metrópole alinhada à reestruturação produtiva, a literatura latino-americana demonstra como essas mudanças, com suas devidas particularidades, ocorrem para além das áreas metropolitanas. E pela reprodução de suas lógicas de funcionamento, representação culturais e lugares de poder.

No Chile, por exemplo, Rodriguez e Winchester (2001, p. 123-126) compreendem a metropolização pelo predomínio da população urbana e pelas concentrações demográficas. Mas, também pela segregação socioeconômica e desigualdade dos serviços públicos agravados pelas reestruturações decorrentes do mercado global e pela fragmentação administrativa das cidades. E no entendimento de Napadensky e Orellana (2019), a metropolização que abrange sistemas urbanos intermediários liderados pelas cidades médias no Chile apresenta algumas particularidades. O impacto da implantação de novas centralidades de comércio e serviços a exemplo dos shoppings malls e de novos distritos de serviços comporta-se de maneira diferente nas cidades médias, sobretudo pelos menores níveis de desenvolvimento infraestrutural, relações interurbanas próximas, concentração populacional e terceirização econômica.

Assim como na Argentina (Lende, Velázquez, 2014, p. 26), em que o processo de metropolização (mais claramente identificado na dispersão das metrópoles) também é relacionado ao processo de desmetropolização (mais claramente identificado nas novas concentrações em cidades médias). Condições que consolidam um sistema urbano baseado na divisão territorial do trabalho (por macrocefalia, pela rede urbana nacional, etc.) e em nós-chave de produção e circulação, bem como no atrativo de capital nacional e global.

Evidências que demonstram um alinhamento às leituras da metropolização no espaço brasileiro que também não está restrito às metrópoles, mas ao conjunto de cidades submetidas a lógicas semelhantes de dispersão urbana e acentuação das interdependências, bem como do capital privado. No Brasil, o tema da metropolização foi pioneiramente trazido ao debate pelo campo do planejamento urbano e regional nas suas diferentes áreas de

conhecimento (arquitetura e urbanismo, geografia, sociologia, etc.). No final dos anos 1980, um dos debates proporcionados sobre o processo de urbanização da capital federal Brasília resultou em livro organizado por Paviani (1987) que, entre outros assuntos, identificava pioneiramente o processo de metropolização do Distrito Federal.

Lamparelli (1990, p. 55-59), ao problematizar a questão em âmbito nacional, destacou uma nova forma de urbanização em curso que exigiria novos conceitos, teorias e metodologias. Apontou o anacronismo das definições de cidade, aglomeração urbana e metrópole frente às novidades do processo de urbanização daquele período, bem como a tentativa frustrada de explicá-los pelos seus núcleos geradores, como pela hierarquia de cidades, redes urbanas, sistemas de cidades, cidade e seu entorno, metrópoles nacionais ou regionais. Por outro lado, destacou a importância de retomar os conceitos de região (micro, meso ou macro) e de território frente às reestruturações, à conformação de novos territórios, às disputas e novas vantagens locais, aos novos padrões de acumulação e ao rearranjo das forças produtivas do espaço.

No final dos anos 1990, ao traçar um panorama da urbanização brasileira, Santos (1998, pp. 75, 78-79, 81-87) definiu metropolização como um processo de macrourbanização da qual emergem “cidades milionárias”, ou seja, cidades ou aglomerações com mais de um milhão de habitantes. Processo esse marcado por: concentração demográfica, pobreza, atividades relacionais modernas, meios de difusão de ideias, mensagens e ordens; dispersão geográfica da classe média e da produção física; rarefação do rural; ajustes à divisão internacional do trabalho; “involução metropolitana” e de suas atividades correlatas entre outras mudanças na produção urbana. Mas, que também apontava para uma “desmetropolização”, ou seja, ao passo em que a população aumentava nas grandes cidades, havia uma tendência a uma repartição dessa população com outros grandes núcleos. Interpretação que anos mais tarde seria denominada de dispersão urbana e que se vincula diretamente à metropolização.

O avanço de pesquisas recentes vinculadas a grupos e redes de estudiosos sobre a metropolização (como o Observatório das Metrópoles ou o Núcleo de Estudos e Pesquisa em Espaço e Metropolização, entre outros) busca construir um panorama do que pode ser a

metropolização em território nacional. Nesse contexto, a contribuição de Lencioni (2017) colabora no entendimento atual desse objeto de investigações. Para a autora, o processo de ruptura com os moldes tradicionais de urbanização, o papel hegemônico do capital privado na produção do espaço e a essencialidade das redes infraestruturais (materiais e imateriais) para que as transformações operem no espaço parecem ser vitais para a metropolização em curso.

Para Lencioni (2017, p. 202-203), a urbanização ocorre em relação à cidade e a metropolização ocorre em relação ao espaço. A metropolização, portanto, pode ser compreendida como um processo socioespacial que metropoliza espaços inseridos numa lógica urbana, que transforma cidades em metrópoles e que colabora na regionalização desses espaços. A rigor, metropolização não significa criação de cidades ou constituição de rede urbana, mas condições metropolitanas necessárias para a reprodução do capital.

Para a geógrafa (Lencioni, 2017, p. 29-31), a metropolização pode ser caracterizada por oito evidências: uma transição que vai além do rural para o urbano sem desconsiderá-lo; conformação de uma grande região com limites dinâmicos e difusos; região caracterizada pela fragmentação territorial, pela segregação social e pela homogeneização dos espaços; redefinição de hierarquias entre as cidades da região e da rede de relações entre elas; conurbação, polinucleação e intensificação dos fluxos entre as cidades dessa região; menor crescimento demográfico da cidade central e expansão demográfica e desenvolvimento dos outros municípios; novas integrações entre as cidades pequenas dessas regiões com os espaços polinucleados; e o aumento da pendularidade dos movimentos entre algumas cidades dessa região fortalecendo uma estrutura regional e em rede.

Dessa circulação de ideias, pode-se afirmar que a metropolização no Brasil é reconhecida como uma transformação das dinâmicas metropolitanas e da propagação dessas transformações para áreas que não são tradicionalmente reconhecidas como metropolitanas. A região metropolitana deixa de ser caracterizada pela urbanização concentrada, polarizada e monocêntrica e passa a ser reconhecida pela urbanização dispersa, pelas redes e por diferentes centros. E embora essas características sejam mais nítidas no interior das

metrópoles, elas se propagam para outras áreas urbanizadas conformando a metropolização como um processo socioespacial capilarizado. Se por um lado a metropolização reforça a metrópole como um difusor do modelo de relações de interdependências, por outro redefine as hierarquias urbanas porque compartilha com outras organizações regionais (aglomerados urbanos, microrregiões, etc.) atributos e características semelhantes aos das metrópoles.

Condições que levam a um impasse do planejamento frente às ocorrências mais recentes sobre suas instituições. Planos e projetos urbanísticos bem como planos e ações regionais, ao longo do século XX e dentro das instituições administrativas federais, foram paulatinamente instituídos pela setorização funcional e pela hierarquização administrativa e não se detiveram sobre essas particularidades. O planejamento como disciplina e campo de atuação política consolidou-se por uma direção que era definida do âmbito federal para o local, pelas definições setoriais (Cinva, 1960) e pela concepção de sistemas (Hilhorst, 1975). O planejamento urbano orientou-se pelas referências do comprehensive planning norte-americano (Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica et al, 1967, p. 127) e colaborou na consolidação do plano diretor municipal como peça importante e autônoma reforçando o município – e não a cidade - como ente do planejamento.

Com o processo de redemocratização, o planejamento urbano consolidou-se por novos instrumentos urbanísticos participativos (Brasil, 2001), com caráter político (Villaça, 2010) e pela revalorização da escala local. As análises regionais reconheceram as diferentes escalas do processo de urbanização (Estado de São Paulo, 2014), mas o planejamento permaneceu no âmbito municipal, mesmo nas realidades metropolitanas (Brasil, 2015), cujo principal instrumento de planejamento, o PDUI (Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado), atribui aos municípios e não à região o esforço de integrar funções públicas de interesse comum.

Simultaneamente, algumas instituições de planejamento metropolitano e regional estão sendo destituídas (Estado de São Paulo, 2019). Como é o caso da extinção da EMPLASA (Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S. A.), pioneira no campo do planejamento metropolitano, e da CDHU (Companhia para o Desenvolvimento Habitacional e Urbano), responsável pelo planejamento regional habitacional do mesmo estado. Ou da fragmentação

e baixo investimento, como ocorre no IPUC (Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba) e na Fundação João Pinheiro (Minas Gerais), lugares reconhecidamente do planejamento inovador e articulador de aspectos urbanos, metropolitanos e regionais.

CONCLUSÃO

No Brasil, vive-se um impasse nas escalas do planejamento frente às evidências do processo de urbanização e a essas mudanças que operam a produção do espaço e construção de novos territórios. Diante da tendência crescente da dinâmica regional no ordenamento territorial, há uma prioridade em rever os marcos teóricos e conceituais que orientam as áreas de planejamento urbano, interurbano, regional, mesorregional, metropolitano e territorial. Condição que implica em construir algumas discussões pela perspectiva dos limites e das possibilidades do modelo de planejamento herdado de períodos políticos passados e autoritários.

A dispersão urbana (Reis, 2006) que está na base da metropolização do espaço brasileiro ocorre, principalmente pelo afastamento da população de baixa renda de oportunidades de emprego, de educação, de saúde, de setores de comércio, de lazer e de moradia. Enquanto que para a população de alta renda essa regionalização ocorre pela constituição de novos núcleos de serviços, comércios e lazer cujo acesso é garantido pelo transporte individual, para a população de baixa renda essas oportunidades são mais escassas.

À medida em que as funções regionais das cidades se acentuam conforme as interpretações latino-americanas comprovam, seu tecido urbano expande para além dos limites administrativos municipais; à medida em que as dinâmicas econômicas e do trabalho promovem movimentos demográficos urbano-urbano, as atividades produtivas que dependem de recursos naturais ocorrem nos espaços interurbanos; e à medida em que os recursos naturais se inserem como pauta das ações urbanas no âmbito regional, o planejamento estatal municipaliza-se.

Fatores que apontam para a necessidade de uma nova organização institucional do planejamento que compreenda o histórico processo de urbanização, que incorpore novos

expedientes de governança para as tomadas de decisão e que responda de forma coesa aos problemas e à estrutura urbanística de maneira interescolar e a partir do território.

Conclusivamente, é possível destacar que há uma necessidade de compreender as novas formas e funções das cidades. As formas predominantes têm buscado no reconhecimento do processo histórico alguns apoios para esse entendimento. Complementarmente, um possível caminho seria mapear seus papéis regionais a partir das suas funções nodais dentro das relações de trabalho; das interdependências econômicas geradas pela intensidade de fluxos pelos principais eixos de desenvolvimento territorial; e do quadro das regionalizações que orientam os investimentos públicos e privados e formam uma tessitura territorial. A identificação desses elementos poderia influenciar nas escolhas locais de provisão de recursos e influenciar as decisões de políticas, programas e projetos de desenvolvimento nacional.

Elementos que podem colaborar na problematização do processo de urbanização e elucidá-lo, como apontou Lamparelli (1990), para intervir sobre ele. Observá-lo pela perspectiva histórica contribui para contrariar a ideia de que a metropolização como novo sinônimo de segregação seja um fluxo natural e esperado dado o recuo do Estado nos tempos de crise fiscal. Conclusão que também implica em contrariar a ideia de que a ocupação dos lugares de planejamento pelos agentes privados sejam consequências naturais desse contexto.

Condições que comprovam particularidades nacionais em diálogo com o trânsito de ideias e interpretações, mas que requerem um aprofundamento de dados empíricos com a finalidade de circunscrever o fenômeno na história e evitar o risco de uma desterritorialização dele. A expectativa de um debate interescolar, portanto, pode ser uma estratégia para a compreensão para o caso nacional inserido – e condizente – com as disputas interpretativas intercontinentais. Ou seja, uma possível contribuição ao campo dos debates teóricos conceituais na tentativa de explicar fenômenos recentes pela perspectiva histórica.

O presente artigo relaciona-se aos seguintes projetos de pesquisa:

Processo 2022/01583-9. Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP)

Processo 307498/2023-9. CNPq, Modalidade PQ, Nível 2

REFERÊNCIAS

ALLEN, J.; COCHRANE, A. **Beyond the Territorial Fix: Regional Assemblages, Politics and Power.** Regional Studies, V. 41, N. 9, pp. 1161-1175, 2007.

AGUITEBOVA, Ouljana. **Le Concept de la Métropolisation: transformation d'une ville em une "ville mondiale".** Centre International de Formation Europeenne, 2006.

ASCHER, François. [2001]. **Os novos princípios do urbanismo.** (tradução e apresentação Nadia Somekh). São Paulo: Romano Guerra, 2010.

BRASIL. **Lei n. 10.257 de 10 de julho de 2001.**

BRASIL. **Lei n. 13.089 de 12 de janeiro de 2015.**

CINVA. **A carta dos Andes** (Apresentação e revisão de termos técnicos do Prof. Dr. Luiz de Anhaia Mello. Tradução de Gustavo Neves da Rocha Filho). São Paulo: Bem Estar – Urbanismo, Habitação, 1960.

CUADRADO CIURANETA, Sergi. **La metropolización del territorio en el cambio de siglo: dispersión metropolitana, urbanización del medio rural y transformación de los espacios turísticos en la Europa mediterránea.** Biblio3W. Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales. [En línea]. Barcelona: Universidad de Barcelona, Vol. XXI, N. 1.154, pp.1-36, 2016. Acesso em <http://www.ub.es/geocrit/b3w-1154.pdf>.

COBOS, Emilio Pradilla; LÓPEZ, Lisett Márquez. **Presente y futuro de las metrópolis de América Latina.** Cadernos Metrópole, V. 18, N. 20, São Paulo: EDUC, pp. 173-206, 2007.

DI MÉO, Guy. **Introdução ao debate sobre a metropolização.** Confins, V. 4, São Paulo, pp. 2-11, 2008. DOI: <https://doi.org/10.4000/confins.5433>.

ELDEN, S. **Terra, terreno, território.** Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES, pp. 42-60, 2016. (Tradução de Márcio José Mendonça e revisão de Ana Maria Leite de Barros e Cláudio Luiz Zanotelli. Publicado originalmente no periódico científico da Progress in Human Geography, em 2010).

ESCAMILLA, Jorge Alberto Montejano. **Nuevos procesos de metropolización del territorio.** Espacialidades, Revista de temas contemporáneos sobre lugares, política y cultura. V. 3, N. 2, pp. 34-66, 2013. Acesso em <http://espacialidades.cua.uam.mx>.

ESTADO DE SÃO PAULO; SECRETARIA DA CASA CIVIL; EMPLASA. **Plano de Ação da Macrometrópole Paulista. 2013-2040: política de desenvolvimento da macrometrópole.** 1ª ed., Vol. 1. São Paulo: Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano s/a (Emplasa). 2014.

ESTADO DE SÃO PAULO. **Lei n. 17.056 de 05 de junho de 2019.**

FERRIER, Jean-Paul. **Pour une théorie (géographique) de la métropolisation.** Cahiers de la métropolisation, V. 1, pp. 41-51, 2001.

FISHMAN, R. **Metropolis unbound: the new city of the twentieth century.** Flux, V. 1, pp. 43-55, 1990.

FRIEDMANN, John; WEAVER, Clyde. [1979]. **Territorio y funcion. La evolucion de la planificacion regional.** Madrid: Instituto de Estudios de Administración Local. 1981.

GAUSSIER, Nathalie; LACOUR, Claude; PUISSANT, Sylvette. **Metropolitanization and territorial scales.** Cities, V. 20, N. 4, pp. 253-263, 2003.

GORELIK, Adrián. **La Grilla y el Parque: Espacio Publico y Cultura Urbana en Buenos Aires, 1887-1936.** Quilmes: Universidad National de Quilmes.

GOTTMANN, Jean. **A evolução do conceito de território.** Boletim Campineiro de Geografia. V. 2, N. 3, 2012, pp. 523-545 (tradução de Isabela Fajardo e Luciano Duarte e revisão de Fabricio Gallo). Publicado originalmente em Social Science Information, v. 14, n. 3, ago. 1975, p. 29-47 sob o título de The evolution of the concept of territory.

HILHORST, Jos G. M. [1973]. **Planejamento regional: enfoque sobre sistemas.** Tradução de Haydn Coutinho Pimenta. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

INDOVINA, Francesco. **La metropolizzazione del territorio. Nuove gerarchie territoriali, 2003.** In: [INDOVINA, Francisco] Dalla città diffusa all'arcipelago metropolitano. Con contributi di Luigi Doria, Laura Fregolent e Michelangelo Savino. Milano: FrancoAngeli, 2009, pp. 127-162.

KAYSER, B. **L'espace non-metropolisé du territoire français.** Revue Géographique des Pyrénées et du Sud-Ouest, Toulouse, N. 2, pp. 371-378, 1969.

LAMPARELLI, Celso. **A Metropolização como uma das formas de urbanização.** In: [RIBEIRO, Ana Clara Torres; MACHADO, Denise B. Pinheiro (coord.)]. Seminário Metropolização e Rede Urbana. Perspectivas dos anos 1990. Coletânea de textos. Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, 1990, pp. 55-59.

LENCIONI, Sandra. **Metrópole, metropolização e regionalização.** Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017.

LENDE, Sebastián Gómez; VELÁZQUEZ, Guillermo Ángel. **Metropolización y desmetropolización: tendencias y cambios em el sistema urbano argentino (2001-2010)**. Revista Ra'e Ga. Curitiba, V. 32, pp. 07-39, 2014.

LEPETIT, Bernard. **Arquitetura, Geografia, História: Uso da Escala**. In: [LEPETIT, Bernard]. Por Uma Nova História Urbana. (seleção de textos, revisão crítica, prefácio e apresentação de Heliana Angoti-Salgueiro; tradução de Cely Arena) 2ª ed. rev. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2016, pp. 227-262.

LEROY, Stéphane. **Sémantiques de la métropolisation**. Espace géographique, Tomo 29, N. 1, pp. 78-86, 2000. DOI <https://doi.org/10.3406/spgeo.2000.1969>.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO ECONÔMICA. **Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social. Desenvolvimento Regional e Urbano. (Versão Preliminar)**. Tomo VII – Diretrizes para a Formulação de uma Política de Desenvolvimento Regional do Govêrno Federal. Regionalização dos Programas Industriais. Centro-Sul como Região (Mimeografado). Desenvolvimento do Nordeste. Desenvolvimento da Amazônia (Mimeografado). Política do Desenvolvimento Urbano. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1967.

MUMFORD, Lewis. **A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas** (tradução Neil R. da Silva). 4ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

NAPADENSKY, A.; Orellana, A. **Metropolización y organización funcional de sistemas urbanos intermedios. Gran La Serena, Concepción y Puerto Montt**. Bitácora Urbano Territorial, V. 29, N. 1, pp. 65-78, 2019.

PAVIANI, Aldo. **Urbanização e Metropolização. A gestão dos conflitos em Brasília**. Coleção Brasília. Brasília: Editora Universidade de Brasília, Codeplan, 1987.

REIS, Nestor Goulart. **Notas sobre Urbanização Dispersa e Novas Formas de Tecido Urbano**. São Paulo: Via das Artes, 2006.

RODRÍGUEZ, Alfredo; WINCHESTER, Lucy. **Santiago de Chile. Metropolización, globalización, desigualdad**. Revista Eure, Vol. XXVII, N. 80, pp. 121-139, 2001.

SMITH, A.; VOSS, J. P.; GRIN, J. **Innovation studies and sustainability transitions: The allure of the multi-level perspective and its challenges**. Research Policy, V. 39, N. 4, pp. 435– 448, 2010.

SOJA, E. W. **Para Além da pós-metropolis**. Revista UFMG, Belo Horizonte, Ano 20, N. 1, 2013.

VILLAÇA, Flávio. [1999]. **Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil**. In: [DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Ramos]. O processo de Urbanização no Brasil. 2ª edição atualizada. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010, pp. 169-243.